

POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, OS ALGORITMOS EM PROL DA SEGURANÇA PÚBLICA

Ricardo Fardim Eguedis¹

Paulo Roberto de Lima²

Marcos Antonio Tordoro³

RESUMO

O presente artigo analisa o uso do conceito de Polícia de Proximidade nas atividades da Polícia Militar do Estado do Paraná. Esta metodologia está sendo aplicada dentro das atividades de policiamento e preservação da ordem pública na área operacional da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar, com responsabilidade territorial na zona norte da cidade de Londrina, estado do Paraná, com abrangência nos municípios de Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Sertanópolis e Bela Vista do Paraíso. Sua aplicação potencializa o reconhecimento e resultados positivos perante a sociedade, ampliando os resultados do trabalho de segurança pública ao engajar a sociedade com sua metodologia, sem necessidade de aumento de recursos empregados. O uso intensivo da informação, mídias sociais e reuniões on-line, atrelado ao padrão de policiamento voltado a potencializar soluções legais e incontroversas para todas as demandas públicas exigidas dentro do conceito de ação primária de polícia e prevenção qualificada, por meio do empoderamento dos policiais em suas tarefas, demonstrando não existir nenhum conflito de interesse ou mesmo excesso de competência em aumentar a amplitude das ações policiais para atender todas as expectativas e necessidades das demandas requeridas e relatadas pelas pessoas, desde que legais e morais, visa a melhorar a qualidade de vida ao retirar o medo exercido pelo crime pela prevenção, criando um algoritmo de diálogo em discutir e fomentar a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Palavras-chave: Segurança pública. Polícia. Ciências Policiais. Gestão. Policiamento de Proximidade. Polícia Militar do Paraná.

¹ Policial militar, bacharel em Segurança Pública e Direito, Oficial Aluno do Curso Superior de Polícia 2-21/2022. *E-mail:* eguedis@gmail.com.

² Orientador, Policial militar, bacharel em Segurança Pública e Sistemas de Informação UniSantaCruz, Docente desde 2001 na Academia da Polícia Militar do Paraná – GUATUPÊ, nas disciplinas de Informática, Elaboração de Documentos Oficiais do Estado, Deontologia Policial Militar, Gestão de Projetos e Informática, nos Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Superior de Polícia, CFO, CAO e CSP respectivamente. *E-mail:* paulorob190@gmail.com.

³ Orientador, Policial militar, bacharel em Segurança Pública e Direito, Mestre em Administração pública, especialista em Segurança Pública e Direito processual penal, especialista em ensino, educação física pela PMPR. *E-mail:* mtordoro@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem experimentado severas mudanças em seu comportamento e modo de vida com mudanças intensas provocadas pelo avanço tecnológico mundial no período entre os anos 1990 a 2022.

As últimas três décadas modificaram de forma radical da ordem política, cultura e comportamentos, fator que tem obrigado os governos e instituições a buscarem novas formas de abordagens a novos problemas, e também aos já existentes que em decorrência da modernização das relações sociais sofreram modificações em seus significados e amplitudes, obrigando ao ente estatal, mudanças para sua resolução. As modificações obrigaram encontrar respostas mais adequadas e rápidas para solução e atendimento das expectativas.

Por sua vez, a sociedade brasileira também responde a modificações significativas em sua legislação, com a promulgação de nova Constituição, estabelecimento de mudanças de valores e principalmente o senso comum de proteção à vida e dignidade humana como objetivo constitucional, ampliando e alterando todas expectativas e necessidade das pessoas, demandando maior cobrança social por transparência, qualidade e eficiência do trabalho e custo estatal.

Com o uso intensivo de meios informatizados de comunicação pessoal portátil, dados digitalizados e informação de acesso quase irrestrito a toda sociedade, percebe-se o efeito da ampliação na participação individual do cidadão em todas as áreas de conhecimento, incluindo a segurança pública.

Como efeito colateral da quebra do monopólio estatal na concessão dos veículos de informação, experimentam-se comportamentos nunca antes consagrados aos países, com toda raça humana independentemente de idade, religião e classe social agregando novas tecnologias, condutas e regras sociais, prevalecendo a mudança das sociedades e perda de comando aos governos que não acompanham a evolução de comportamento.

Compras, bancos, serviços, saúde, transporte público, turismo, investimentos, relacionamento com empresas, estado, municípios, união e muitos outros tipos de relacionamento estão se modificando gradativamente. Uma enorme série de serviços, incluindo o serviço de polícia, deve sofrer modificações e criar

novas formas de atendimento à demanda social que gradativamente tem cobrado das autoridades públicas o respeito aos mesmos conceitos legais como fornecedora dos serviços de manutenção à qualidade de vida.

Neste diapasão, a Polícia Militar do Paraná (PMPR), desde o ano de 1854, dedica-se à promoção da segurança voltada à população paranaense, sendo eficiente de acordo com as épocas e construindo um sistema de segurança pública histórico, que sempre acompanhou as mudanças e evoluções sociais.

Já operacionalizou dezenas de sistemas de trabalhos com uso de diversas metodologias, que nas primeiras décadas eram absolutamente coincidentes às metodologias militares da época, e ao passar do tempo foram se desenvolvendo propriamente policiais, profissionalizando-se, com a inserção de protocolos e equipamentos próprios, atrelados a políticas públicas que têm garantido a redução de índices criminais e melhoria da segurança.

O paranaense exige melhoria dos números quantitativos e qualidade da instituição policial, por meio de protocolos, programas e qualificação, potencializados para o atendimento à expectativa comunitária com inclusão de conceitos de polícia resolutive de conflitos e garantias aos direitos humanos, com fomento do crescimento e melhoria da sociedade.

Na organização da segurança pública, a maioria dos cidadãos brasileiros sequer conhece como funciona o sistema. O cidadão comum tem dificuldade em identificar a quem procurar, como realizar o contato, quais horários, onde e o que faz cada instituição, qual força de segurança é responsável e competente pela sua segurança e atendimento nos momentos de urgência. Estas dúvidas aumentam diariamente em decorrência da ampliação de competência de diversos setores de segurança estadual e municipal.

A Polícia Militar do Paraná, instituição reconhecida e respeitada de segurança dos paranaenses, por sua existência histórica, tradição, hierarquia e disciplina, sempre foi o condutor e principal ator nesta área, mas encontra-se em momento de risco por existência de concorrências institucionais e até mesmo de serviços particulares, que atendem especificamente a interesses pontuais e de grupos determinados, os quais buscam espaço e reconhecimento social, em sua maioria em sistemas insustentáveis que não abrangem a maioria dos problemas e localidades atendidas.

O desenvolvimento exigido pelo cidadão inclui a necessidade de novos modelos e conceitos para o atendimento às demandas, não somente garantindo atuação na segurança pública, de acordo com a previsão legal constitucional; ele almeja programas de melhoria constante do relacionamento social dos órgãos de segurança, sem aumento de custos operacionais ou mesmo a criação de segmentos de trabalho especializado.

Existe importância social com potencialidades positivas aos interesses públicos, a demanda de segurança pública apresenta prioridade nas políticas sociais, ocupa os maiores espaços dentro da mídia nacional e internacional, integra o anseio da comunidade paranaense, obriga ao governo empenho e preocupações nos níveis federal, estaduais e municipais, também sobrecarrega a pauta do Congresso Nacional na busca de solução via alterações legislativas, sem a devida consulta aos anseios sociais e por vezes de modo totalmente equivocado e dissociado dos interesses das comunidades locais.

O conceito de Policiamento de Proximidade é a solução para atendimento a grande parte da expectativa pública, seu método de transparência, participação da sociedade, diálogo social cotidiano, atendimento às demandas mais simples e complexas sem abandonar seus deveres institucionais, com o empoderamento dos agentes de segurança, configura-se em um modelo de relacionamento com todos os novos conceitos exigidos.

Ao se utilizar de meios informatizados e métodos de linguagem modernos com a sociedade, criam-se algoritmos necessários à atualização e manutenção destes interesses sociais, provando ser sustentavelmente implementado, com capacidade de utilização em todas as forças de segurança pública do país.

Agrega também a vantagem do Policiamento de Proximidade ter sido criado e concebido dentro da nossa instituição policial, diferente de metodologias que nascem em outros ambientes de gestão, que não se aplicam ao cotidiano atendendo aos objetivos pretendidos, pois o conceito utiliza o amplo conhecimento, compreensão e experiência dos profissionais da segurança pública.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MODELOS DE GESTÃO MODERNA EM SEGURANÇA PÚBLICA

O crime é um fenômeno da humanidade, em todas as sociedades do passado e presente sempre existiram crimes, em todas faixas etárias, sexos, classes sociais, surgindo na sociedade a necessidade de prevenção e redução de seus efeitos negativos à coletividade.

Em todo mundo se pesquisa solução a este problema, transformado em nosso país na principal discussão nacional, sendo o assunto político mais sensível às eleições nacionais e estaduais de 2018, avançando a discussão para as eleições municipais de 2020, ultrapassando o interesse dos eleitores por saúde e educação.

A nova gestão pública desenvolve-se para que instituições incrementem sistemas de transparência e informação em que a população demande ao órgão de segurança o que deseja saber, quais informações e resultados ela quer que sejam apresentados com maior transparência dos objetivos e resultados, prevalecendo assim a constituição de um logaritmo que diferencia as comunidades e suas pretensões da política de segurança pública, como descrevem Castro e Castro (2014, p. 76):

[...] substituir a administração burocrática e implementar, nas instituições públicas, o modelo das organizações do setor privado – ou seja, aplicar princípios gerenciais sobre o modelo burocrático tradicional em busca de transparência, excelência e qualidade nos serviços públicos prestados aos cidadãos.

O uso de ferramentas e metodologia de gestão sistematiza as ações de forma confiável e eficiente, potencializando o crescimento da credibilidade e o fomento na promoção de boas práticas em segurança pública ao garantir o aumento da relação de confiança entre sociedade e órgãos de segurança.

Relação de confiança só ocorre onde há uma relação de proximidade e confiança recíproca entre polícia e população. Isso permite a realização de um trabalho conjunto no qual ambos compartilham as tarefas e responsabilidades. Em locais onde essa relação encontra-se deteriorada ou não existe, o primeiro esforço deve ser para desenvolver estratégias que favoreçam a aproximação e a confiança entre ambos (NEV/USP, 2009, p. 15).

Incide em todos modelos modernos de gestão pública a necessidade de atuação com maiores resultados em menor prazo e custo, agir com eficiência e eficácia, sendo diretamente associado a processos operacionais de produtividade ao desempenhar as tarefas de forma mais correta possível, alcançando os maiores resultados com o trabalho desenvolvido.

Estabelece a garantia de todas as pessoas participarem ativamente da vida e do governo em seus componentes civil, político e social, por conta de participação ao exercício do poder político dentro da comunidade, por meio do voto, atividade política, assistência social e sistema educacional das sociedades modernas.

Neste sistema de participação qualidade com eficiência e eficácia, serve como exemplo, a gestão da Polícia Militar do estado de São Paulo com seu plano de gestão denominado GESPOL, adotado desde 1996 com atualizações constantes, o qual parametriza e engloba as medidas a serem alcançadas pela instituição no objetivo da qualidade e eficiência em suas atividades de atuação social.

A PMPR possui alto nível em gestão das políticas públicas de segurança, adotando participação social nas metodologias de melhoria de desempenho e relacionamento de polícia comunitária em políticas públicas factíveis e sustentáveis.

As políticas públicas, atentando-se às mudanças dos padrões de heterogeneidade da população, estão gradativamente se tornando mais especializadas com demandas mais criteriosas e definidas, resultando que determinadas áreas de atuação não podem receber as mesmas soluções apresentadas nos últimos trinta anos, com uso da informação e garantias individuais respeitadas.

Não se pode aplicar os mesmos conceitos em todos os locais de forma planificada, em metodologia e linguagem ultrapassada, sem uso de diálogo com a sociedade, sem customização nos atendimentos a demandas individualizadas, sem utilizar ferramentas tecnológicas com retorno rápido dos dados a serem analisados, sem conhecer e discutir quais são as necessidades e medidas pretendidas por essas comunidades.

A postura moderna preconizada na nova gestão pública é a adequação entre o comportamento da polícia e os objetivos da comunidade, reconhecida por responsabilidade perante a sociedade.

2.2 CONCEITO DE POLÍCIA DE PROXIMIDADE

O Policiamento de Proximidade utiliza-se das diversas metodologias de policiamento estabelecendo conexão e aprimorando principalmente o engajamento e relacionamento da sociedade com os órgãos de segurança pública, pois na perspectiva de Gledhill (2012), o conceito de segurança humana está centrado em políticas de segurança mais abrangentes que as tradicionalmente praticadas.

Consiste em realizar ações de polícia com foco na prevenção, buscando diminuir os índices criminais e elevar a sensação de segurança, sustentando-se na transparência e sustentabilidade das ações. A interação espontânea é o modo pelo qual os relacionamentos são formados, as pessoas se conhecem, as informações são recebidas, ocasião em que as demandas serão conhecidas e as ações de polícia serão realizadas para atendê-las (desde que não sejam ilegais ou imorais). Ainda, visando maximizar a ostensividade, deverá ocorrer a divulgação estratégica das ações de polícia, seja através das redes sociais ou da imprensa tradicional (TORDORO, 2022, pg. 17).

Na atuação direta do policial, ele é empoderado a manter o devido diálogo com a comunidade que atende, não somente em assuntos de segurança pública, deve dialogar e atuar em qualquer demanda exigida pelas pessoas, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e segurança, atuando principalmente em diminuir o medo causado pela possibilidade da ocorrência criminal.

Deve ser utilizado o conceito de Prevenção Qualificada no Policiamento, nível em que ocorrem as ações contra as causas da criminalidade.

Por prevenção qualificada se compreendem todas as ações de policiamento primário, interações com a sociedade, recebimento de denúncias e relato de informações que melhorem o entendimento de problemas, participando na busca de soluções necessárias a este fim buscando a prevenção de forma ampla e não apenas do crime que possa ser cometido.

O Policiamento de Proximidade apresenta que a prevenção aos crimes não é competência exclusiva das agências de segurança pública, demonstra que para atingir aos objetivos é necessária a participação ativa da população. Por ser um conceito inovador, uma das primeiras demandas é buscar que não ocorram resistências à sua implementação.

Essas resistências serão mais graves quando iniciadas pelos servidores contratados pela força de segurança na função pública, pois como agentes públicos, esta forma de agir pode ser fator que influenciará diretamente os resultados positivos esperados.

Antes da implantação definitiva, é importante reconhecer que a área de segurança pública e o serviço público brasileiro carregam questões da área de administração influenciadas por culturas e tradições nacionais que são recorrentes à noção de burocracia excessiva, centralização de poder decisório, aversão à inovação do modelo vigente, ascensão ao poder por interesses políticos, com alguns chegando ao final da carreira acreditando que ensinamentos de qualidade e eficiência não podem ser aplicados num sistema público (BANASZESKI, 2021, pg. 238).

Outro fator de resistência está na própria sociedade, habituada às tradições e subculturas de combate ao crime, desencadeadas e difundidas pela cultura de força e aprisionamento, utilizadas nas últimas cinco décadas, atreladas à descrença dos sistemas públicos de segurança e justiça, com imagem desgastada pelo descontentamento às diversas soluções apresentadas sem o devido resultado prático de melhoria de qualidade de vida.

Esta sociedade, mesmo percebendo o sacrifício de inúmeros servidores que desempenham suas atividades de acordo com a lei, não acredita nas soluções relatadas pelo estado, por via de regra serem discurso e ferramentas de marketing, sem resultados fáticos como um todo.

É imperiosa a adoção de critérios preparatórios para a implantação do policiamento de proximidade, com o escopo de mitigar a resistência de todas as pessoas envolvidas. A primeira decisão deve ser com o comprometimento para a qualidade do projeto; a alta direção do estado, o alto comando da instituição de segurança devem estar engajados na filosofia de polícia de proximidade, sem eles não há como lograr êxito.

Este pacto deve ser demonstrado por elementos legais por meio de proposição de normas a serem aprovadas e seguidas, do contrário, nas mudanças de comando, o projeto pode estar fadado a perder continuidade, energia e empenho, necessitando de sistema normativo para a criação de doutrina permanente e perene.

O Policiamento de Proximidade deve ser implantado, precedido de instruções sobre o tema. O conceito deve ser cultura a ser ensinada em cursos e capacitações, todos envolvidos nos batalhões e comandos devem aprender e utilizar o conceito, sem a criação de núcleos e grupos especializados na demanda.

A cultura de Policiamento de Proximidade não deve ser tratada como um ente abstrato, em que cada pessoa emita a própria opinião sobre o tema, definindo-a para que não seja compreendida e transformada erroneamente, como os processos burocráticos de gestão, ou mesmo se emita opinião sobre ele, como se comenta a programas de entretenimento.

A resistência às mudanças existe dentro e fora das corporações; diversas pessoas acreditam saber como fazer um bom policiamento e diminuir índices criminais elevando a sensação de segurança. Quase sempre vão se deparar com a fórmula tradicional de investimento em segurança pública: inclusão de mais policiais com mais investimentos em equipamentos como viaturas, armas, dentro da cultura tradicional de combate ao crime.

Poucos serão aqueles que conseguem atacar as causas e principalmente melhorar o relacionamento com as pessoas da sociedade para alcançar este resultado de forma eficiente e perene, com menor custo financeiro e de pessoas, com a consolidação de outros fatores correlacionados como a melhoria na qualidade de vida, diminuição do medo, valorização de regiões imobiliárias da cidade e maior expansão econômica em decorrência da ausência ou diminuição do medo social que afeta a produtividade e qualidade de vida de todas as pessoas.

Ainda há fatores de resistência decorrentes dos medos setoriais da sociedade e servidores em se expor para as mudanças; aos agentes de segurança existe o medo de perda de privilégios e o maior deles a necessidade de se comprometer com os cidadãos.

Muitos não conseguem vencer o medo de se expor nas redes sociais ou imprensa e ao se relacionarem com o problema de segurança passam a ser cobrados e percebem o sentimento de incapacidade para resolver todos os problemas, fatores que na maioria dos casos dificultam o domínio de toda solução, o que em boa parte dos casos não é possível.

Para frear essa violência, no entanto, parece indispensável ampliar o sentido da segurança humana, o que significa libertar as pessoas do medo,

da carência e da falta de dignidade. Dessa perspectiva, quando o Banco Mundial enfatiza mais a 'segurança cidadã', ele define a segurança pela libertação das pessoas de experiências de violência física e do temor de sofrer violência física, concepção inspirada com frequência na experiência colombiana (Llorente; Rivas, 2005; Vargas Velásquez; García Pinzón, 2008) (GLEDHILL, 2012, p. 525).

Entretanto, o poder de diálogo, de ouvir e articular a discussão do problema, em boa parte dos fatos, o desconstrói de forma absoluta, e, com a proximidade, outras soluções podem se apresentar decorrentes dos processos de inter-relacionamento gerados no convívio, divulgação e criação do verdadeiro.

Realmente, não resolveremos todos os problemas e, às vezes, não teremos solução para os que chegarem até nós, contudo, é necessário que estejamos disponíveis para ouvir e ajudar, entendendo, claramente, que temos limitações legais, éticas e morais, sem deixar de registrar as limitações logísticas e humanas, naturais em qualquer segmento. Não deixemos que a vaidade e a ignorância atrapalhem (TORDORO, 2022, pg. 33).

O Policiamento de Proximidade se baseia em seu principal pilar: realizar ações de polícia com foco na prevenção, buscando diminuir os índices criminais e elevar a sensação de segurança, sustentando-se na transparência e sustentabilidade das ações.

O conceito de Policiamento de Proximidade diferencia-se de outras metodologias, pois a população é contactada por meio da "interação espontânea", modo pelo qual os relacionamentos são formados, as pessoas se conhecem, as informações são recebidas, ocasião em que as demandas serão conhecidas e as ações de polícia serão realizadas para atendê-las (desde que não sejam ilegais ou imorais).

O relacionamento é potencializado, pois existe na mútua confiança, o envolvimento é produto de uma adesão emocional, que a torna mais perene e com maior representatividade, visto que a população integra a segurança em seu dia a dia, transformando o assunto da reciprocidade de confiança em seu motivo de vida, graças à enorme importância dos contatos pessoais por encontros, reuniões virtuais ou presenciais, corpo a corpo e principalmente por meio do diálogo e reconhecimento das demandas da população e suas necessidades e aspirações na área da segurança pública.

Neste contexto, as ações devem ser divulgadas de forma estratégica, sem intenção de marketing puro ou divulgação temporária e imprecisa. As demandas que não podem ser atendidas devem ser respondidas de forma direta, clara e correta, orientando o cidadão quanto à devida resolução do problema apresentado.

Por exemplo, o atendimento do telefone de emergência 190 não deixa de ser a principal forma de acionamento, permanecendo os grupos de relacionamento, redes sociais para a troca de informações e divulgações entre os participantes. Em nenhum momento é prometido de se tratar de canal prioritário de atendimento, muito menos que ele seja realizado de forma a favorecer algum dos integrantes, acima dos demais.

Atualmente na área da Quarta Companhia de Polícia Militar, existem treze grupos de WhatsApp com cerca de três mil pessoas integradas de forma direta, divididos por bairros e cidades específicas, canais em que existe a troca de informações e divulgações de atividades e modalidades de atendimento da unidade Policial Militar.

Estes canais reúnem as principais lideranças, moradores, comerciantes e possuem regras específicas para os participantes que podem postar e divulgar demandas, sendo proibidas as postagens pessoais comuns em redes pessoais e familiares.

Nelas são divulgadas ações policiais, dicas de segurança, resultados de operações; as equipes de serviço postam atividades cotidianas, podem inclusive alertar sobre possíveis riscos imediatos de crimes e sempre se colocam canais diretos de comunicação, por exemplo, a divulgação de um número de WhatsApp para disque- denúncia aos moradores, atendendo de forma específica as demandas locais.

FIGURA 1 – Produção de material de divulgação nas redes sociais.



FONTE: Comunicação social da 4ª CIPM (2022).

Com a divulgação estratégica nos canais de Instagram, alcançaram-se outros 14.200 seguidores em 03 de março de 2022. Este canal também contribui para a estratégia de diálogo e reciprocidade essencial ao Policiamento de Proximidade.

Os canais de comunicação on-line não substituem canais técnicos de emergência como o telefone 190 e aplicativo PR-190. Na rede social são realizadas e divulgadas as reuniões, principalmente on-line, que são transmissões ao vivo realizadas pelo comando e policiais da Organização Policial Militar (OPM); a sociedade, pode entrar no canal e interagir de forma livre com os integrantes e comando, também são transmitidas as cerimônias de entregas de homenagens a policiais militares que se destacam, policiais destaques do mês, pessoas que praticam fatos que auxiliam toda a população, eventos locais da comunidade, avisos e recebimento de demandas.

De forma democrática e institucional, a Polícia Militar se consolida como liderança proativa no processo de gestão da segurança e ainda contribui para divulgar e aproximar todos os moradores e pessoas interessadas ao sistema de polícia de proximidade.

Contexto descrito por Camargo (2015, pg. 229): “As organizações policiais devem internamente buscar que cada policial assuma a condição de promotor da dignidade humana e implantar métodos que lhes permitam ser transparentes, observando que os direitos humanos não devem ser ministrados de maneira puramente técnica, e sim mediante metodologias capazes de edificar valores positivos, coerentes com a democracia”.

Estes canais foram sistematicamente utilizados durante a pandemia, de forma inclusiva, apoiando iniciativas e pessoas que trabalham com comércio e serviços individuais, colaborando para que tanto comunidade e trabalhadores tivessem um canal local, gratuito e democrático para troca de informações e divulgação de serviços locais; fato que reforçou a reciprocidade no contexto de segurança pública atrelado à melhoria da qualidade de vida das pessoas, dentro do conceito de polícia de proximidade.

Somente o trabalho em redes sociais não basta, a imprensa tradicional também é demandada dentro da divulgação sistemática, com veracidade nas informações, buscando a divulgação de dados relevantes e reais acerca das atividades realizadas com apoio mútuo da sociedade e policiais.

De forma sistemática, os agentes de segurança pública desempenham o papel social de protetor com esta comunicação social em nível direto.

Sem o uso de marketing ou qualquer viés de propaganda institucional, o policial é autorizado a estabelecer linhas de atendimento além das estabelecidas de forma doutrinária tradicional.

O policial estabelece vínculo com as pessoas, dialogando, atendendo e compreendendo as demandas e interesses sociais.

O Gestor deve se lançar de ferramentas ideais e determinadas a atender as demandas e anseios da sociedade. Assim, atender a peculiaridade de cada grupo de cidadãos se torna vital ao sucesso de qualquer programa, para isso deve conseguir reunir a maior quantidade de informações daquela comunidade a que serve.

Todos acumulam problemas relacionados à segurança das pessoas. Ao cidadão não interessa quem atende a sua demanda, desde que cumpra seu papel, pois o que necessita é a segurança prestada contra o crime e seus fatores, sendo o principal deles viver sem medo.

O Estado cumpre o dever de garantir a qualidade de vida do cidadão, desta forma quem possui medo não tem qualidade de vida, não investe, não produz, não mora, não trabalha na cidade ou no campo; com medo o cidadão perde a sua qualidade de vida, e o Estado falha em seu principal dever.

Nenhum dos conceitos se mantém em funcionamento sem a participação voluntária do servidor à disposição das atividades,

Não se objetiva criar um grupo policial, ou setores especializados em Policiamento de Proximidade.

Todo policial deve aderir a este conceito, pois nada o impede de em um determinado local conversar e resolver demandas das mais variadas ordens, desde que atendidos os critérios de legalidade e moralidade em sua prática, pois o agente de segurança se denomina servidor, que por origem é aquele que serve, e desta forma não vai cometer nenhum ato irregular em sua participação nas demandas propostas.

Esta atividade depende das pessoas, nossa missão é nos relacionarmos socorrendo e garantindo a qualidade de vida para a sociedade, fora destes conceitos não nos sustentamos como profissionais ou instituição.

O servidor que não incorporar esta metodologia em sua vida profissional vai sofrer desnecessariamente, pois gostar de pessoas é nosso trabalho, quem não gostar de relacionamentos entre seres não possui perfil, ou não deseja atuar com empatia aos outros cidadãos, está na atividade vocacional errada.

Para este tipo de personalidade, o melhor é escolher uma atividade laboral que lhe garanta desempenhar outro padrão de comportamento, que vai proporcionar a esta pessoa um desempenho agradável a sua atividade laboral.

Também é necessário investir muito nas pessoas; gerar relacionamento e interação vai garantir o diálogo e as descobertas das demandas desejadas pela comunidade.

Deste relacionamento profissional, efetuado com empatia, profissionalismo são recebidas novas informações e delas as ações de Polícia de Proximidade, que .

Todos os objetivos e demandas devem ser tratados e resolvidos por meio de ações de polícia, nunca se devem perpetuar as imagens e conceitos de que algumas destas ações seriam sociais, ou, pior ainda, com o pretexto de divulgação de resultados.

Na Polícia de Proximidade, qualquer ação e relacionamento se solidifica nas ações de policiamento primário qualificado; por exemplo, quando participa de uma ação de apoio a distribuição de alimentos em uma comunidade, o policial está ali garantindo a segurança das pessoas e interesses envolvidos com sua atividade de policiamento e garantia do cumprimento da legislação.

Neste contexto, com os moradores da ocupação Flores do Campo na cidade de Londrina, o trabalho de Polícia de Proximidade trouxe neutralização das hostilidades presentes no comportamento dos moradores, que, após a aproximação e ações de polícia realizadas, repercutiu de forma intensa na vida das pessoas que lá residem, especialmente crianças e idosos, que tiveram redução do medo de ir e vir.

O conceito de Policiamento de Proximidade é ajustável ao tempo e às circunstâncias, a essência está em servir e resolver demandas, desde que não sejam ilegais ou imorais.

Também não existe contradição entre o uso da força e interação espontânea com vários tipos de pessoas e comunidades.

Da mesma forma que os policiais interagem cotidianamente atendendo ao conceito de Polícia de Proximidade com todas pessoas, dentro de suas garantias constitucionais, incluindo educação necessária, pode e deve fazer o uso letal de sua arma de fogo em atendimento a ocorrência, não existindo nenhuma contradição neste fato.

Interagir com idosos, crianças, adultos da comunidade, comerciantes, outros servidores e toda comunidade onde está a trabalho, não entra em conflito com sua atividade policial e integridade.

Os principais objetivos das ações, devem ser voltados ao escopo de diminuição dos índices criminais com elevação do senso de segurança, com diminuição do medo frente às possíveis ações criminosas.

Transparência e sustentabilidade devem estar presentes nas demandas e medidas propostas para o planejamento e execução das atividades.

De nada resolve desenvolver operações primárias de proteção onde não se aplica o conceito de Policiamento de Proximidade, ou mesmo usar este conceito por determinado tempo ou, pior ainda, envolvendo pequeno grupo de policiais apartado dos demais, criando metodologia que não é reconhecida, treinada e nem ao menos adotada por todos os servidores, o que resulta em quebra de confiança e interrupção ao diálogo com a comunidade atendida.

O investimento em pessoas deve ser intenso e prolongado, o que engloba os conceitos de informalidade séria para o sistema de policiamento empregado não

criar dificuldades de estabelecimento de reciprocidade e respeito mútuos, e que os policiais não podem permitir o entendimento dúbio na proposta apresentada.

Os objetivos devem ser alcançados com a utilização de liderança adquirida pelos policiais militares, em que o efetivo deve estar instruído e informado, para garantia de que sua ação se configure como uma liderança policial-militar, para que possa garantir a confiabilidade exigida ao prosseguimento da busca às demandas relatadas pelas pessoas da sociedade atendida.

Todos os policiais devem criar ambiente de empatia e interação com as pessoas atendidas pelo policiamento de proximidade. Os policiais militares devem ouvir, entender e reconhecer as demandas necessárias na área da segurança pública.

Aprender a questionar, dialogar e principalmente reconhecer as aspirações da comunidade é o papel principal do trabalho em Policiamento de Proximidade, para a criação de vínculos de relacionamento, verdadeiros padrões a serem alcançados, como logaritmos que estabelecem a diminuição do medo da comunidade atendida pela equipe policial.

Aprender o que a sociedade deseja, e como alcançar este objetivo de forma legal e moral, é o conceito de Policiamento de Proximidade. Atividades que são importantes aos cidadãos, e nem sempre estão dentro das atividades específicas de policiamento convencional com suas defasagens e resultados questionados pelas pessoas e policiais militares.

Importante lembrar que as demandas a serem atendidas pelo conceito de Policiamento de Proximidade são todas as que, mesmo fora dos parâmetros de segurança pública, sejam legais e aceitáveis pela moralidade. Os policiais militares empenhados nesta atividade devem ser orientados a não efetuar promessas, mas a sempre buscar soluções aos problemas apresentados.

Por exemplo, uma determinada comunidade relatou aos policiais que a falta de iluminação de determinada rua provoca problemas de segurança pública, e a falta de podas das árvores trazem mais riscos ao local, nada mais óbvio para os policiais buscarem o órgão municipal para a resolução do problema. Pode parecer muito simples aos policiais, mas para a comunidade este contato parece impossível, sendo aos servidores apenas uma conduta a mais para resolver o problema de segurança do local.

Outro exemplo, no início da pandemia de Covid-19, no mês de março de 2020, houve o fechamento de diversas atividades empresariais, com perda de emprego e renda principalmente às pessoas de menor poder econômico e escolaridade, o que coincidia com as pessoas que moram em invasões e ocupações da área operacional da Quarta Companhia de Polícia Militar, nos bairros mais pobres da cidade de Londrina. Eram áreas consideradas mais pobres que as favelas da cidade, com os piores índices de Desenvolvimento Humano (IDH), não havendo nem mesmo o fornecimento de energia elétrica, água encanada, escolas, saúde, transporte público, asfalto, iluminação pública ou qualquer outro tipo de apoio ou serviço assistencial.

Moradores relataram que nas áreas afetadas haviam criminosos pertencentes a facções criminosas, com denúncias de tráfico de drogas e até mesmo de cemitérios ilegais com pessoas julgadas e executadas pelo crime organizado.

Ali a presença policial não era bem-vinda e todo atendimento demandava grupos táticos para intervenção e patrulhamento, com a necessidade de uso constante de material de guerra química e ações de grupo tático de Controle de Distúrbio Civil, às vezes apenas para o atendimento de ocorrências com abordagem a suspeitos, sem uso de violência ou armas envolvidas.

Flores do Campo é um conjunto habitacional do programa Minha casa minha vida, invadido sem ter suas unidades concluídas e entregues aos compradores, em virtude da invasão de cerca de cinco mil pessoas no dia 1º de outubro de 2016.

Estas pessoas não dispõem de diversos aparatos públicos como escola, saúde, iluminação pública, asfalto e esgoto.

A ocupação do Flores do Campo convive diariamente com possível ação de reintegração de posse, fato que acirrou ainda mais a resistência e desprezo dos moradores pelas forças de segurança, que por força de lei, participam das reintegrações com finalidade de evitar o uso de força e violência entre as partes conflitantes da decisão judicial.

O bairro foi alvo de ação de reintegração de posse, com operação policial prevista para emprego direto de centenas de policiais militares envolvendo alto risco de enfrentamento à ordem judicial, que por estes motivos acabou cancelada sem decisões satisfatórias ou resolução da demanda.

Neste local, o risco de confronto e problemas em atendimento era iminente e real. Com o uso do sistema de Policiamento de Proximidade, com maior número de patrulhamentos, com modificação nas abordagens, que passaram a usar esse conceito de polícia, utilizando sempre as técnicas de busca de melhoria de qualidade de vida aos moradores, os riscos diminuíram.

Atendendo ao conceito, os policiais potencializaram a vinda dos profissionais de saúde que atenderam os moradores dentro do bairro, no interior das viaturas policiais com escritório, e os casos mais complexos eram encaminhados por viaturas até o posto de saúde mais próximo com distância de cinco quilômetros da ocupação.

Questionados, os profissionais de saúde relataram que sentem medo de promover as campanhas na região, o que demonstra que ao retirar o medo das pessoas o serviço público foi garantido à comunidade.

Também foram realizadas diversas campanhas para melhoria da qualidade de vida, o que qualificou muito o atendimento policial que passou a transitar com mais constância no bairro, afastando criminosos que procuravam utilizar o bairro como território do crime ao serem acolhidos por moradores que possuíam aversão à atividade policial.

Com o início da crise de saúde do Covid-19, este quadro se agravou, foi necessária a mudança de abordagem ao problema, sendo acionados os representantes das forças vivas da sociedade civil local, que passaram a visualizar as condições precárias nestes locais e potencializar ações que auxiliaram e abriram oportunidades às pessoas melhorarem a sua qualidade de vida da região, pelas forças de segurança.

Como exemplo, durante a pandemia, servidores do Departamento de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Londrina (UEL) organizaram e arrecadaram cerca de 280 cestas básicas de alimentos mensalmente, no período de restrição de trabalho, emprego e renda das comunidades.

A demanda foi atendida dentro do conceito de Policiamento de Proximidade para garantir a entrega dos alimentos arrecadados aos moradores do residencial Flores do Campo, por medo dos servidores da UEL em adentrar tal comunidade.

Por ser de interesse direto o fornecimento de itens de alimentação para a comunidade atendida, que por esta ação estaria sendo providenciada a segurança alimentar de todas as pessoas, houve também reforço da qualidade de vida e

tranquilidade pública com a presença dos policiais, que não somente participaram da ação, mas também participaram na organização e apoiaram vários eventos concomitantes nas entregas, estando envolvidos diretamente no apoio à arrecadação e distribuição, potencializando os resultados.

Foram também convidadas equipes dos servidores da saúde municipal pertencentes ao posto de saúde, distante a cerca de cinco quilômetros do bairro; participaram ainda outros setores como Canil e Cavalaria da Polícia Militar do Paraná, promovendo ações com crianças e idosos, além da participação de outras pessoas e lideranças locais, que passaram a investir em outros projetos envolvendo famílias em outros bairros pobres atingidos com outros problemas de ordem pública.

Neste mês de março de 2022, foi realizada a vigésima quarta entrega de alimentos dos servidores da UEL, que neste período atenderam em torno de dez mil famílias extremamente carentes, nos dez bairros mais pobres da região norte da cidade de Londrina, com participação efetiva dos policiais militares, servidores, veteranos da PMPR do grupo Militares e Amigos, moradores, comerciantes e lideranças da região.

Comprovou-se que a ação primária de polícia potencializou melhorias para as famílias mais carentes da região, diminuindo a necessidade do comprometimento destas famílias com atividades ilegais para alcançarem alimentos. De forma direta, registraram-se mais denúncias de indivíduos relacionados a grupos criminosos que frequentavam a região, que invadiam casas da comunidade e promoviam ações criminosas com poder paralelo decorrente do resultado financeiro destes crimes.

Em resumo, a população mais pobre passou a confiar mais nas instituições, incluindo a polícia militar, que depois das ações passou a frequentar, transitar com maior facilidade em ambiente outrora hostil, com constantes conflitos entre polícia e moradores, garantindo mais direitos às pessoas que estão no bairro e eram obrigadas a conviver com o risco e ameaças de criminosos, antes da execução da ação primária de policiamento.

Estas ações não asseguram que nunca haverá problemas e conflitos futuros, mas garantem a diminuição dos litígios com a principal solução de que em momentos de risco, com comportamentos e aceitação mais favoráveis à negociação e diálogo, a busca e obtenção de acordos, concessões e resoluções dos problemas

sociais, que influenciam os problemas de segurança pública, aumentam consideravelmente.

O conceito é atrelado a sua divulgação estratégica, com o uso de algoritmos e redes sociais, comunicação direta e real com todo cidadão que se interessar e desejar conhecer e participar da segurança de sua comunidade.

Estes algoritmos, depois de tabulados são utilizados em favor da consecução dos objetivos, que se revelam e são utilizados de forma a atender as aspirações e demandas relatadas pela comunidade, sendo o foco a prevenção, para potencializar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, da forma que se puder ajudar.

As ações de polícia sempre serão focadas na prevenção e sob este aspecto, as equipes de policiais militares não saem do quartel para “prender ladrão”, mas sim para realizar ações de polícia com foco na prevenção, ou seja, por ocasião de uma prevenção bem feita, abordando pessoas suspeitas, patrulhando as ruas e bairros das cidades. Enfim, realizando ações de polícia, as prisões poderão ocorrer, pois uma abordagem policial bem feita pode redundar em prisão, a prevenção bem feita pode resultar em prisões, a prevenção bem feita tem como consequência natural, também, a repressão, representando o conceito essencial da prevenção qualificada, cujo foco é a prevenção, não a repressão.

O Policiamento de Proximidade diminui os índices criminais, diminui o medo e resulta em aumento de prisões, em determinado momento da implementação das ações, com base na visão de polícia preventiva.

3 MÉTODO

A presente pesquisa foi elaborada pelo tipo de pesquisa mista, com a participação do sistema de gestão da Polícia Militar do Estado do Paraná, sendo seu objeto a melhoria e desenvolvimento de sistema de gestão por meio do Policiamento de Proximidade, em que foram analisadas as experiências no uso do conceito na área operacional da Quarta Companhia Independente de Polícia Militar. Os resultados serão apresentados por descrição dos efeitos esperados.

4 CONCLUSÃO

A sociedade mudou com as novas tecnologias. Dentro da revolução das informações em que vive a raça humana, esta mudança resultou em modificações profundas e significativas no comportamento, cultura, finanças, qualidade de vida, valores sociais, com criação de novas tarefas, soluções e problemas em todas as áreas sociais afetadas pelos efeitos da modernidade.

A inovação social rompeu com condutas inadequadas, e antigos comportamentos modificaram-se radicalmente, com potencialização e aceleração da tecnologia causada pela pandemia e dependência quase total da sociedade pelo uso da informatização e meios de trabalho e atividades virtuais.

O Estado com seus governos, busca diariamente seu novo engajamento nesta demanda, com resposta em velocidade exigida pelo cidadão, que assim como compra e se relaciona de forma on-line com empresas e obtém produtos e serviços desse novo tipo de comunicação, exige o mesmo tipo de resposta, na velocidade em que as empresas estão desenvolvendo suas atividades.

O Policiamento de Proximidade apresenta-se como um novo modelo para garantir o crescimento e manutenção da instituição Policial-Militar do Paraná, pois traz em seus conceitos as necessidades e aspirações da sociedade, frente ao desejado na atuação dos serviços públicos modernos de forma geral.

A inovação social presente no Policiamento de Proximidade consiste na ruptura dos problemas apresentados pelas mudanças sociais do antiquado modelo de policiamento tradicional, voltado apenas ao patrulhamento e combate intenso ao crime. As ações de polícia são focadas na prevenção e sob este aspecto, as equipes policiais militares não saem do quartel apenas para “prender ladrão”, mas sim para realizar ações de polícia com foco na prevenção bem feita.

Configura-se como um modelo inovador em um contexto dado, uma nova forma de se fazer algo com excelência, de forma a oferecer a descontinuidade com relação às soluções habitualmente oferecidas com resultado ineficiente na solução dos problemas da área de segurança pública.

Ele se apresenta em todas as ações realizadas por uma equipe policial-militar ou por um policial apenas, com foco na prevenção, indo desde uma abordagem policial-militar, com prisão ou não, até a entrega de um mimo ou um brinquedo qualquer a uma criança.

O Policiamento de Proximidade também fornece uma resposta criativa a problemas de tipo econômico e social, aumentando a segurança das comunidades apenas com a disposição do serviço ao terreno, mas com as mudanças e melhorias na qualidade de vida que o conceito pode representar e consolidar na sociedade contribuindo ao bem-estar das pessoas e das comunidades.

Ele não rompe com os programas já existentes, Na verdade, se soma e promove melhorias a determinados conceitos já utilizados como o do policiamento comunitário, da teoria das janelas quebradas, teoria da presença do Estado na resolução de problemas.

Este trabalho também não encerra ou mesmo abrange todas as demandas e possibilidades na aplicação do conceito, que nasce comprovadamente funcional e admitindo modificações e melhorias em seu desempenho, por investir nas pessoas, que estão envolvidas como policiais, famílias, instituição, comunidade e sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as explicações e orientações, é visível a importância em se implantar o conceito de Policiamento de Proximidade a toda a Corporação, pois o conceito aperfeiçoa o modelo atual de policiamento, cria canal direto de diálogo e atendimento às demandas e expectativas da sociedade.

Seu emprego, ao decorrer do tempo, agrega outros valores institucionais que impactam diretamente na qualidade de vida social, criando e atualizando novas soluções aos problemas enfrentados.

As melhorias contínuas de credibilidade, a médio e longo prazo, irão impactar positivamente na instituição em decorrência do crescimento da participação da sociedade nestas questões, aumentando simultaneamente a importância da corporação para a melhoria da qualidade de vida e segurança pública no Paraná.

REFERÊNCIAS

BANASZESKI, Célio Luiz, **Princípios de qualidade aplicados à segurança pública**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CAMARGO, Carlos Alberto de. **Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo**. Rev. bras. segur. pública | São Paulo, v. 9, n. 2, 218-233, Ago/Set 2015

CASTRO, Ana Cristina de; CASTRO, Cláudia Osório de. **Gestão pública contemporânea**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

GLEDHILL, John. **Segurança humana: uma meta viável?** Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 66, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000300009>.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**; Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros - 2. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Edusp, 2006. - (Série Polícia e Sociedade; n.3)

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV/USP). **Manual de policiamento comunitário**: polícia e comunidade na construção da segurança. São Paulo, 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/dh/manual_policiamento_comunitario.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 43-52, maio de 1997.

ROCHA, A. C. **Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens**. Journal of Accounting, Management and Governance, Brasília-DF, v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314>. Acesso em: 19 jan. 2022

TORDORO, Marcos Antonio. **Policiamento de Proximidade**: os algoritmos da segurança pública. [S.l.: s.n.], 2022.